

Intervenção final – Júlia Figueiredo / Colégio da Rainha Santa Isabel (2 minutos)

Quando pedimos esta audiência, pensava que terminaríamos a sessão com um enquadramento mais esclarecido das questões que aqui nos trazem. Contudo, do que ouvi ficam-me profundas inquietações que não posso deixar de partilhar.

Face ao exposto:

1. o que se entende por «oferta pública»?

- apenas o número de vagas disponíveis nas escolas públicas/ do estado? Não «oferta pública» de projetos educativos? Então, estamos a falar de um critério de racionalização que prima apenas pela quantidade em detrimento da qualidade!

2. [PCP/ BE] «opor-se-ão determinantemente ao desvio de alunos»?

- O estado assume-se assim como força que se sobrepõe à determinação soberana das famílias de orientar a educação dos seus filhos, impondo-se de forma dirigista.

- Nós não «desviamos alunos», não vamos buscar alunos a suas casas. Nem é a escola que pode impedir que os alunos se desloquem porque noutra sítio há uma oferta de projetos de formação que se adequam melhor às suas sensibilidades e cosmovisões, como bem apontou o Dr. Rodrigo Queirós e Melo. É dessa liberdade, básica, que falamos. A educação não é um luxo, como foi apresentado, acessível só a alguns. É um direito fundamental e inalienável. Portanto, continuamos a falar de qualidade.

3. Ouvimos com apreço que «defenderão os professores» e «os contratos de associação onde se justificar»; porém, sem dizer como e, com os pressupostos defendidos pelas senhoras deputadas do PCP e BE, tais promessas soam-nos um pouco mais a demagogia do que propriamente a ideologia.

«Ideologia» é, aliás, a palavra-chave deste debate dos Contratos de Associação. Curiosamente, é uma chave com que se fecha irremediavelmente a reflexão; diz-se «é uma questão ideológica» e a discussão termina, quando devia, de facto, ser a chave para abrir a discussão à defesa de princípios básicos da democracia, como a liberdade, equidade e pluralidade. Portanto, estaremos perante uma ideologia, afinal, antidemocrática? Pela via da escola única, é uma ideologia que abre e renova caminhos de totalitarismo? Preocupante...

4. Gostaria de esclarecer ainda que nenhum de nós, nas múltiplas exposições aqui apresentadas, atacou a escola «pública». Curiosamente a senhora deputada do PCP disse que tínhamos feito essa acusação. O que me leva a crer que, mais uma vez, estamos a ser ouvidos de forma preconceituosa.

Ninguém o disse. Os colegas do ensino público fazem um trabalho extraordinário, quando o fazem, há outros que não, assim como nas escolas do ensino particular também.

Exatamente porque aqui vimos para ultrapassar velhos preconceitos e clivagens sem sentido, para fomentar um conhecimento real e atualizado de boas práticas educativas que interessa preservar, queremos agradecer a atenção e disponibilidade muito acolhedora do senhor presidente, atitude que não vimos, no entanto, nalguns outros membros da mesa.

Por isso, esperamos que, de facto, as nossas propostas sejam realmente ouvidas e validadas. É de pessoas que estamos a falar. Com nomes, com rostos.

Para finalizar, porque somos professores, somos pessoas de esperança, de alguma ingenuidade talvez. Mas também somos contribuintes e somos eleitores, por isso somos empenhados e ativos, e esperamos que, de facto, esta discussão sirva para a defesa de uma moldura educativa verdadeiramente democrática, que valorize a qualidade (não só a quantidade), a pluralidade e uma gestão responsável dos dinheiros públicos.

Termino com uma curiosidade semântica: há pouco explicaram-nos que escola pública é escola do estado; mas quando se fala de «dinheiros públicos», falamos já do dinheiro de todos, não só dos funcionários do estado. Pois bem: se os dinheiros públicos são de todos, a escola pública também é uma escola para todos.